

A EDUCAÇÃO ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

Luciana de Oliveira Leal¹; Gláucio de Sales Barbosa²; Elaine Costa Almeida³.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Internacional da Paraíba – FPB - lucianaleal7@hotmail.com;

² Mestre em Educação, Especialista em Gestão Pública, Advogado e Bacharel em Administração e Professor da Faculdade Internacional da Paraíba – FPB – glauciolex@gmail.com;

³ Mestre em Educação, Mestranda em Energias Renováveis e Alternativas / UFPB, Especialista em Docência em Educação Superior, Licenciada em Geografia e professora da Faculdade Internacional da Paraíba – FPB – elaineaumeida@gmail.

Introdução: Na contemporaneidade, diante das constantes evoluções na sociedade, principalmente na área tecnológica, política e social, tem surgido um movimento de criação e recriação de identidades em todos os segmentos da sociedade.

É preciso que a escola esteja atenta e preparada a responder às novas demandas que lhes são postas. Por ser um local rico em aparatos sociais, a mesma tem sido desafiada constantemente na rotina articulada do conhecimento que trabalha o contexto escolar com a realidade social dos educandos. Se faz que a escola desempenhe seu papel político, pedagógico, desenvolvendo o senso crítico do educando, estabelecendo uma harmonia não somente com sua vivência, mas com a realidade da comunidade e sociedade na qual está inserido. Assim, deve respeitar a realidade social, cultural e econômica dos educandos, garantir a sua permanência na escola e conseqüentemente, proporcionar o acesso da família no processo sociopedagógico escolar.

Nessa conjuntura a presença do assistente social no ambiente escolar, tem como objetivo abordar através do ensino, questões não só relativas ao aprendizado, mas também, articular discussões que envolvam medidas e ações que visem orientar, prevenir, mediar e intervir, de forma a desvendar as dificuldades, buscando alternativas para a superação dos conflitos sociais, contribuindo na formação do caráter e na transformação da vida desses jovens.

Contudo, existe uma carência muito grande na contratação de profissionais de serviço social na área da educação, devido à falta de investimentos do Estado. Os poucos que tem, não são suficientes para atender as necessidades da demanda.

É preciso que o Estado seja mais presente na elaboração de políticas públicas, que assegurem a permanência dos jovens nas instituições. É papel dos gestores investir na melhoria da qualidade educacional, nas construções de escolas, na capacitação dos profissionais já inseridos na área educacional e também na contratação de novos profissionais, inclusive assistentes sociais.

Essas ações irão contribuir para a integridade desses jovens, na inclusão deles na escola, no acesso a um ensino de qualidade, na garantia de direitos e na construção de cidadãos.

O contexto atual preconiza que cada escola deverá ter a presença de um assistente social, devido a importância que ele tem dentro do ambiente educacional. Este profissional é um instrumento essencial no acompanhamento do segmento e da perspectiva do processo educacional escolar.

Contribui promovendo a garantia da universalização dos direitos sociais; na relação, na articulação e mediação entre alunos, família, comunidade e sociedade; auxilia no processo do aprendizado, na compreensão do senso crítico e nas atividades do desenvolvimento sociocultural dos alunos.

Desta forma, o objetivo deste trabalho foi analisar, via método bibliográfico, a presença e ausência do Estado no cumprimento das políticas públicas de educação atualmente no Brasil.

Metodologia: O trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica e levantamento de dados secundários sobre educação e a ascensão do assistente social, pois segundo Lima e Miotto (2007); a pesquisa bibliográfica, é importante destacar que ela é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos.

Resultados e Discussão: No Brasil, a necessidade de desenvolver e proporcionar o bem-estar da população é função do Estado. As questões e problemas sociais que envolvem a sociedade é de responsabilidade do Estado, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988 em seus artigos que tratam da segurança, saúde, educação, cultura entre outros.

De acordo com os artigos 144, 196, 205, 215 e 226 desta Constituição, o Estado é responsável pela segurança e ordem pública, pela saúde, garantindo o acesso universal e igualitário, com promoção e recuperação. Também é responsabilizado pela educação, pela garantia e acesso aos direitos culturais e sobretudo pela resguarda da família que é a base da sociedade (BRASIL, 2016).

Infelizmente, a realidade é bem diferente do mencionado acima, a partir do momento em que se v os direitos da população sendo constantemente violados e não cumpridos pelo Estado.

A precarização nos serviços de saúde, a baixa qualidade da educação, a falta de segurança pública são alguns dos problemas que afetam diretamente o cidadão que busca e necessita desses serviços. A sociedade fica desamparada e fragilizada quando seus direitos são desrespeitados. O

papel do Estado é justamente atender as necessidades da sociedade, prestando serviços públicos com qualidade e eficiência.

Por meio dos impostos arrecadados, o Estado financia políticas públicas, que resultam na produção e/ou distribuição de bens coletivos, como saneamento básico, saúde, educação, transporte [...] As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou dos poderes públicos (COEP, 2013, p. 4).

Políticas públicas são ações desenvolvidas pelo Estado com o objetivo de atender às necessidades da sociedade, atuando na resolução de problemas, na diminuição das desigualdades sociais, visando o bem comum e a melhoria da qualidade de vida de todos.

As políticas públicas englobam as políticas sociais como a educação, saúde, assistência etc. que são políticas de proteção, criadas para atender os direitos sociais da população civil.

[...] políticas públicas são planos, ações, programas e projetos implementados pelas diferentes instâncias de governo (municipal, estadual, federal) que tem por objetivo melhorar a qualidade de vida de toda a população ou de determinados seguimentos (social, cultural, étnico ou econômico), respeitando, sempre, as realidades socioeconômicas e culturais locais (COEP, 2013).

Dentro deste contexto de políticas sociais, evidenciamos a educação, devido à dimensão e importância dessa política como uma necessidade básica e um direito social do indivíduo.

O Estado tem a tarefa de desenvolver e implementar ações que defendam e beneficiem as diferentes áreas de atuação como a saúde, assistência social, segurança, transporte público, educação, cultura, entre outras, sendo assim, para alcançar tais objetivos o governo se utiliza das políticas públicas.

O acesso à informação é um direito de todos, quanto mais informada for a sociedade melhor é a capacidade de do indivíduo de questionar. Entender as ações governamentais e exercer sua cidadania de forma plena é o ideal para todo o cidadão. “A educação tem, nesse cenário, papel fundamental, sendo a escola o espaço no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências” (ARANHA, 2004, p. 7).

A garantia do direito à educação e ao acesso e permanência na escola estão assegurados no artigo 208 da Constituição Federal de 1988, quando afirma:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

...

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente (BRASIL, 2016, p. 77).

Dentro deste ponto de vista, o Estado tem o dever de assegurar a educação básica obrigatória e gratuita, de maneira a garantir universalmente o acesso aos direitos sociais em defesa e amparo da criança e do adolescente que estão em constante formação no seu processo de aprendizado, contribuindo na estruturação e na autonomia de uma sociedade mais justa e igualitária.

Fundamenta-se também a educação no artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), onde fala que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparando para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Nesse contexto se destaca a LDB, que estabelece normas que definem e regulamentam o sistema educacional com o objetivo de avançar e fortalecer a melhoria do sistema de educação no Brasil.

Entre outras diretrizes, a LDB, orienta a existência de um ambiente escolar saudável, com participação social, dando a oportunidade a todos, de forma democrática, respeitando a individualidade e pluralidade cultural de cada aluno, valorizando na formação do cidadão, tornando a escola um lugar mais significativo e atraente para os estudantes, onde todos possam ter acesso a uma educação pública comprometida com a cidadania.

Todos os profissionais que trabalham na área da educação devem estar atentos a esses direitos para que possam garantir o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente auxiliando no exercício de sua cidadania (CFESS, 2001).

A educação é um instrumento necessário para o despertar de uma nação, desenvolve o senso crítico e conscientiza a população a buscar mudanças e melhorias para o bem comum.

A educação crítica leva a uma vida digna e justa, isto é, prepara-se para a vida, através da busca de resoluções de problemas do dia a dia, da troca de experiências, construindo e reconstruindo novos conhecimentos através dessa interatividade (PIRES, 2007).

Para isso é necessário cobrar dos governos políticas públicas que possam efetivar e implementar uma educação nacional pública e de qualidade. É importante a sociedade compreender como se constrói as políticas públicas e o seu exercício dentro da política de educação, participando

e acompanhando esse processo, fortalecendo seu entendimento a respeito das questões que envolvem o assunto contribuindo desta forma, para o crescimento e desenvolvimento do país.

Observa-se que a situação do ensino no Brasil, ainda está longe de ser considerada uma educação boa e adequada, principalmente nas escolas públicas, nas quais as dificuldades se mostram maiores devido aos problemas sociais, como a precariedade do sistema de ensino, o número de vagas insuficientes nas escolas para o atendimento e acolhimento dos alunos, o desafio na valorização da melhoria do ensino (CFESS, 2001), trazendo com isso o desrespeito aos direitos sociais já conquistados.

É fundamental a participação maior do Estado em investimentos na área da educação. Na elaboração e ações de políticas públicas de educação, que atendam às necessidades da demanda, especialmente na área da educação básica priorizando crianças e adolescentes. Melhora na formação, na qualificação e contratação não só do corpo docente, mais também de uma equipe multidisciplinar, que irá trabalhar conjuntamente em prol do desenvolvimento dos educandos e na construção de uma escola mais soberana.

O Estado deve se manter presente, tendo a obrigação de proporcionar um excelente ensino a população, de forma coletiva, autônoma e democrática. “O Estado sendo o responsável primário pela educação pública não deve poupar de procurar meios para priorizar e garantir esses direitos” (SILVA; CARDOSO, 2013).

A ausência e descaso do Estado em elaborar ações e fazer investimentos na política de educação, tem ocasionado uma desvalorização ainda maior na qualidade do ensino. Decorrente desta visão destaque-se, o crescente avanço da evasão escolar, mal que muito tem assolado as escolas brasileiras.

Conclusão: O presente estudo demonstrou, que o Estado não cumpre as políticas educacionais. Para melhor abordar o assunto em questão, contextualizando a realidade da educação e ao mesmo tempo compreendendo a política de educação, identificando os problemas e as dificuldades gerados pela desigualdade e exclusão social, as necessidades da demanda escolar, no espaço educacional.

É frente a essas contradições e injustiças sociais, que se faz necessário a importância da atuação do Estado, de forma democrática e republicana, possibilitando a sua intervenção positiva dentro dos espaços educacionais no enfrentamento dos problemas sociais.

Referências

ARANHA, M.S.F. (Org.); SEESP/MEC (Coord.). Educação inclusiva: v.3: **A escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 93/2016, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994 – 50. ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço social na educação**. Brasília, DF: CFESS, 2001.

COEP-REDE NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL. **Políticas públicas e cidadania**. Oficina de Participação, Direitos e Cidadania. Rio de Janeiro. 2013.

PIRES, Pierre André Garcia. **A escola e sua contribuição na formação de sujeitos: um olhar a partir da nova concepção de currículo**. Anais do VI Congresso de Letras: Linguagem e Cultura: Múltiplos Olhares, 2007.

SILVA, Lucinei Gasparina da; CARDOSO, Valdirene Beatriz. **Serviço social na política de educação: inserção do assistente social nas escolas**. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013, Belo Horizonte. Expressões socioculturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o Serviço Social. Belo Horizonte: 2013. p.1-13.